

- 2 CCT trabalho temporário: melhores salários mínimos** **3 Iniciativa por melhores condições para a naturalização** **4 Exposição em Biel/Bienne: a vida dos trabalhadores saisonniers**

Nr. 1 | Fevereiro 2023 | português

Sai como suplemento do jornal «work» | Redacção T +41 31 350 21 11, F +41 31 350 22 11 | info@unia.ch | www.unia.ch T +41 31 350 21 11, F +41 31 350 22 11 | info@unia.ch | www.unia.ch

14 de junho, greve de mulheres

Igualdade na perspetiva sindical



Manifestação em Berna por ocasião da greve das mulheres de 2019

Porque é que há «outra vez» necessidade de uma greve nacional? A esta pergunta, as mulheres dão a seguinte resposta: «A igualdade ainda não foi alcançada, é por isso que precisamos da greve de mulheres, da pressão das mulheres nos locais de trabalho, nas ruas, em casa e em todo o lado».

Emine Sariaslani

Em 1991, as mulheres fizeram a primeira greve de mulheres na Suíça para exigirem igualdade salarial, o fim do assédio sexual e igualdade em matéria de segurança social. A greve das mulheres foi, até à data, o maior sucesso de mobilização na história da Suíça – mesmo maior do que a greve nacional de 1914. Várias centenas de milhares de mulheres participaram. Também participaram na greve mulheres que fazem trabalho não remunerado, como donas de casa. A sua atividade não é vista como trabalho porque não é considerada produtiva. Isto não tem em conta como este trabalho é essencial.

Greve de mulheres 2023

O Unia Mulheres, o Grupo de Interesse Feminista da USS, os coletivos de mulheres e associações de migrantes prepararam-se agora para a greve de mulheres a 14 de junho deste ano. «Estamos a falar de uma greve com paralisação

do trabalho», disseram as mulheres no Congresso da USS. As mulheres não aceitam a desigualdade ou uma maior deterioração das suas condições de vida, embora seja esta a realidade. As mulheres ainda ganham 20% menos do que os homens. A idade de reforma das mulheres subiu, embora a maioria das mulheres tenha votado contra este aumento. O direito de interrupção da gravidez é contestado por duas novas iniciativas.

As mulheres sindicalistas também querem continuar a lutar por uma redução significativa das horas de trabalho sem perda de salários, para que mulheres e homens partilhem o trabalho remunerado e não remunerado equitativamente e para que as mulheres possam recuperar a sua desvantagem salarial. Também deveria haver uma licença parental digna desse nome, além de melhores salários e condições de trabalho, pensões mais elevadas, valorização das profissões maioritariamente exercidas

por mulheres. Para promover a mudança para uma verdadeira igualdade é necessária uma efetiva proteção contra a discriminação e todas as formas de violência sexista, bem como estruturas de acolhimento de crianças asseguradas pelos serviços públicos.

Mulheres migrantes mobilizam-se contra a discriminação múltipla

No dia 14 de junho, mulheres migrantes também farão greve e sairão à rua para protestar contra a discriminação múltipla porque uma mulher migrante e/ou de origem não europeia enfrenta o dobro da discriminação. As mulheres migrantes também farão outras reivindicações: reconhecimento dos seus diplomas, direito à naturalização, segurança de estadia na Suíça, etc.

Igualdade entre homens e mulheres

Para nós, igualdade significa mais do que ter apenas mais mulheres eleitas no Parlamento e mais gestoras nas em-

presas. Na votação do AHV-AVS21, vimos que as mulheres burguesas não demonstraram qualquer tipo de solidariedade para com as mulheres que exercem trabalhos árduos, têm salários baixos e contratos de trabalho precários. Queremos igualdade. As nossas vidas devem estar antes dos lucros! Exigimos uma redução das horas de trabalho e salários que nos permitam viver melhor. Atualmente, os nossos salários estão sob pressão devido à inflação. As nossas condições de trabalho continuam a agravar-se. Esta realidade diz respeito a todas as mulheres trabalhadoras. Mas, para a maioria de nós, isso vem juntar-se a uma situação já difícil, uma vez que os nossos salários são mais baixos, a nossa carga horária é menor e as nossas reformas mais reduzidas. E ainda fazemos a maior parte do trabalho doméstico não remunerado.

Editorial



A greve das mulheres de 2023 já começou

2023 será um ano de luta, porque no dia 14 de junho as mulheres farão greve. Ultimamente, em matéria de igualdade entre mulheres e homens tem havido recuos nos salários, nas reformas e na distribuição do trabalho de assistência a crianças ou idosos. Por isso temos de continuar a lutar até conseguirmos uma verdadeira igualdade. A pressão vinda das ruas e das empresas será de grande importância. As nossas palavras de ordem para a greve das mulheres de 2023 é: **respeito, melhores salários, mais tempo.**

As mulheres continuam a ganhar, ao longo de uma vida de trabalho, 43,2% menos do que os homens. Esta diferença salarial tem vindo a aumentar de novo desde 2016 e os salários reais nos ramos de salários baixos, em que trabalham maioritariamente mulheres, continuam a baixar. Durante a pandemia verificámos que foram sobretudo as mulheres que assumiram as tarefas relacionadas com o ensino à distância e os cuidados à família, prestando assim muito mais trabalho não remunerado. Calculado em francos, o valor do trabalho não remunerado, prestado sobretudo por mulheres, amonta a 315 mil milhões de francos. Uma sociedade mais justa e equitativa é um objetivo básico dos sindicatos. E é um objetivo que nos diz respeito a todos. Por isso, nós apoiamos o movimento feminista. Enquanto sindicato, vamos no dia 14 de junho concentrar-nos sobretudo nas empresas em que trabalham muitas mulheres e nos ramos que foram aplaudidos durante a pandemia por serem «relevantes para o sistema», mas em que os salários e as condições de trabalho não melhoraram. Vamos apoiar todas as mulheres que estão prontas a parar o trabalho nas suas empresas. Participa tu também, porque só juntas somos fortes!

Vania Alleva, Presidente do Unia

Por todas estas razões, no dia 14 de junho de 2023 vamos fazer greve e sair à rua!

Notícias breves

Ataque indigno aos salários mínimos cantonais

O Parlamento aprovou uma moção originada em círculos de empregadores e que tem como objetivo afundar os salários mínimos cantonais. Se esta moção for posta em prática, os salários nos cantões de Genebra e Neuchâtel baixarão e muitas pessoas cairão na pobreza. O Unia vai lutar contra esta tentativa indigna de baixar os salários até ao mínimo existencial. A bola está agora nas mãos do Conselho Federal, que até agora rejeitou esta moção apresentada pelo conselheiro de estado Ettlin. O Unia espera com impaciência a posição do Conselho Federal e vai continuar a empenhar-se, juntamente com os sócios, por salários que permitam uma vida em dignidade.

Ramos de acabamentos da construção: mobilidade entre três sistemas de reformas antecipadas

Boas notícias para trabalhadores do setor de acabamentos da Suíça francófona, do ramo de pintores e estucadores da Suíça alemã, bem como do ramo de revestimentos de edifícios: para o cálculo da reforma, os sistemas de reforma antecipada destes ramos contam agora o tempo de quotização de todos estes sistemas. Esta atualização é benéfica para os trabalhadores que, antes desta mudança, teriam perdido o direito à reforma antecipada se mudassem de empregador ou se mudassem a morada para outro cantão. No futuro, é possível uma mobilidade livre entre estes três sistemas de reforma antecipada do setor de acabamentos. Isto significa que, mesmo mudando de ramo, os anos de quotização para as diferentes instituições serão contabilizados.

Os cúmplices de Uber do Partido Liberal

Apesar de o seu modelo de negócios ser ilegal, Uber pôde criar raízes na Suíça. Agora é claro: a multinacional americana tinha procurado discretamente ajudantes com influência na Suíça. E encontrou-os sobretudo no Partido Liberal suíço. Os documentos agora vindos a público pertenciam ao antigo chefe lobista para a Uber na Europa, Mark MacGann. Depois da sua saída da empresa, ele passou a denunciar as práticas desta. Numa entrevista dada ao «Sonntagszeitung» (Jornal de Domingo), ele critica os métodos de Uber por serem antidemocráticos. «Nós dizíamos: estas leis não servem para o nosso modelo de negócios. Então ignoramo-las simplesmente. O nosso lema era: é mais lucrativo pedir desculpas depois do que perguntar antes.» Se se levar este pensamento mais longe, todas as empresas ricas podem dizer: «Eu não concordo com a vossa democracia, por isso faço aquilo que quero». Até hoje, Uber recusa em grande parte quotizar para a segurança social de condutores e condutoras e deixa que estes custos sejam assumidos pelos próprios trabalhadores.

Informações atuais sobre os sem-papéis



Em dezembro do ano passado, o Conselho de Estados do Parlamento aprovou nova regulamentação para alargar os casos de rigor, de forma a que pessoas com estadia não regularizada na Suíça (os chamados sem-papéis) tenham acesso à formação profissional. Esta moção já tinha sido discutida e aprovada pelo Conselho Nacional. Para a Plataforma de Sem-Papéis Suíça, é um marco importante que o Conselho de Estados queira adaptar o funcionamento atual da formação de pessoas sem estadia regularizada. Além disso, no que toca à saúde de pessoas sem-papéis, realiza-se no dia 15 de fevereiro em Genebra um simpósio sobre os resultados do estudo de longa duração interdisciplinar do Projeto Parchemins (2017-2023), que apresentará os resultados decorrentes da Operação Papyrus.

CCT de agências de trabalho temporário

Melhores salários mínimos

Em 2023 aumentam os salários mínimos dos trabalhadores sujeitos ao Contrato Coletivo de Trabalho (CCT) de Agências de Trabalho Temporário (CCT de trabalho temporário). Além disso, os salários mínimos aplicam-se agora em todos os ramos em que existe pessoal sujeito a este CCT. Este alargamento tem declaração de força obrigatória.

Darinka Filipovic

O CCT de trabalho temporário prevê para os salários mínimos um sistema com vários níveis. Quem for contratado para um ramo onde se aplica um contrato coletivo de trabalho com declaração de força obrigatória tem direito ao salário mínimo estipulado no CCT. Porém, quando no ramo há um CCT sem declaração de força obrigatória, os salários mínimos deste CCT aplicam-se se o CCT estiver listado no Anexo 1 do CCT de trabalho temporário.

Foram integrados onze novos CCT

A partir de 1 de janeiro de 2023, foram adicionados onze contratos importantes a esta lista: entre outros, a lista inclui agora o CCT para a indústria metalomecânica, eletrotécnica e metalúrgica (CCT MEM), o CCT para as empresas de relojoaria e microtecnologia da Suíça alemã e quatro CCT das áreas da saúde e de serviços. O Conselho Federal declarou a força obrigatória (DFO) deste alargamento.

Acabaram as exceções

Isto significa que nestes ramos se aplicam aos trabalhadores de agências de trabalho temporário as mesmas disposições relativas a tempo de trabalho e salários mínimos que aos trabalhadores permanentes do ramo.

Quem presta trabalho numa empresa sem CCT recebe o salário mínimo do CCT de trabalho temporário. Todas as exceções a esta regra – como havia até agora sobretudo na indústria – são abolidas.



Melhores regras salariais para trabalhadores de agências de trabalho temporário

Novos salários mínimos

A partir de 1 de janeiro de 2023 (e desde 1 de dezembro de 2022 para o Ticino) aplicam-se estes salários mínimos:

salários base/hora*	salário normal**	salário elevado**	Ticino
Trabalhadores com qualificação	CHF 24.25	CHF 25.90	CHF 22.55
Trabalhadores especializados	CHF 21.34	CHF 22.79	CHF 19.85
Trabalhadores sem qualificação	CHF 19.92	CHF 21.02	CHF 18.00

* acrescido de 13.º mês, férias e feriados, em conformidade com o CCT de trabalho temporário

** A aglomeração de Berna, a região do Lago de Genebra e os cantões de BS, GE, BL e ZH são considerados regiões de salários elevados. Em Genebra, aplica-se o salário mínimo cantonal se este for superior.

Estudo: o que são bons cuidados de enfermagem?

A palavra aos profissionais

O sistema de saúde está em crise - e não só desde que surgiu a pandemia da Covid-19. Já em 2018/19, um inquérito do Unia revelava a insatisfação e o stress sentidos pelo pessoal de enfermagem. Desde a pandemia, todos os meses mais de 300 profissionais abandonam os cuidados de saúde. A razão são as condições de trabalho, que provocam stress aos profissionais, mas também os impossibilitam de dar aos doentes os cuidados de saúde que seriam necessários.

Hilmi Gashi

Um inquérito do Unia revelou em 2018/19 que 89% dos profissionais de enfermagem em lares de idosos trabalham permanentemente sob stress e pressão, 72% estavam insatisfeitos com a escala de serviço e 80% consideravam que os seus salários não eram adequados. Assustador foi o facto de 87% dizerem que não tinham tempo suficiente para os utentes. Entretanto, a situação não melhorou, como prova o grande número de profissionais que abandonam a profissão.

Más condições de trabalho

As razões para este abandono são as condições de trabalho: por um lado, a planificação dos turnos torna impossível uma vida familiar saudável, a pressão significa que muitos profissionais têm de trabalhar a tempo parcial para evitar ficarem doentes e por isso os salários são baixos. Por outro lado, muitos profissionais relatam ter problemas de consciência: não podem tratar dos utentes como deveriam, têm pouco tempo e são forçados pelos empregadores a fazer mais em menos tempo.

Dizer o que são bons cuidados de enfermagem

Isto apesar de ser claro que os utentes dos lares devem sem bem cuidados. Mas o que são bons cuidados é muitas vezes determinado pela política e pelos empregadores. Isto tem de mudar - porque os profissionais de enfermagem sabem melhor o que é preciso para

prestarem bons cuidados de enfermagem. Apoiada e incentivada pelo Unia, a Escola Superior de Ensino do Sul da Suíça (SUPSI) leva a cabo um projeto de investigação para que os profissionais de cuidados de enfermagem tenham a oportunidade de dizer aquilo que é para eles importante. Serão realizadas em toda a Suíça entrevistas de grupo, nas quais os interessados poderão expressar-se e contribuir com o seu conceito de "bons cuidados de enfermagem".

Manifesto por bons cuidados

Com base nos resultados do projeto de investigação, o Unia, juntamente com os seus sócios e outras organizações, vai elaborar um manifesto contendo as reivindicações para bons cuidados de enfermagem. Porque: bons cuidados de enfermagem precisam de boas condições de trabalho.

Participe!

Precisamos de profissionais que queiram participar. Trabalha num lar residencial (de idosos, por exemplo) como enfermeira qualificada, auxiliar de enfermagem ou na cantina? Então participe e preencha o nosso pequeno inquérito online para se inscrever no estudo. Encontra todas as informações através destes links:



Italiano:



Francês:



Alemão:



Desigualdade galopante

Os ricos que paguem mais impostos

O relatório anual da Oxfam (uma organização civil que combate a pobreza) publicado por ocasião da abertura do Fórum Económico Mundial, em Davos, revelou que, nos últimos dois anos, o 1% das pessoas mais ricas do mundo arrecadou quase dois terços de toda a nova riqueza mundial. Tributar os mais ricos já não é uma opção, mas uma necessidade absoluta.

Marie Saulnier Bloch

Agravamento das desigualdades

Em 2022, o Banco Mundial anunciou que a meta de erradicar a pobreza extrema até 2030 não pode ser alcançada e que «os progressos na redução da pobreza extrema estagnaram». Segundo o FMI, em 2023, um terço da economia mundial vai entrar em recessão. De acordo com a Oxfam, os salários de pelo menos 1,7 mil milhões de pessoas em todo o mundo não estão a acompanhar o ritmo da inflação, o que significa um declínio real na sua capacidade de pagar as contas. Esta falta de capacidade das pessoas de pagarem as suas dívidas ameaça os estados de falência.

Bilionários: desigualdade gritante

Ao mesmo tempo, de acordo com a análise realizada com base nos dados do Crédit Suisse, a apropriação da riqueza pelos muito ricos acelerou desde 2020. A faixa do 1% dos mais ricos no mundo arrecadou quase dois terços de toda a nova riqueza, seis vezes mais do que os 90% mais pobres da Terra. Desde 2020, um bilionário ganhou 1,7

milhões de dólares por cada dólar ganho por uma pessoa dos 90% mais pobres da população mundial.

Medidas claras por uma sociedade mais equitativa

É tempo de reforçar a capacidade das autoridades fiscais, nomeadamente para detetarem fortunas escondidas em paraísos fiscais. Em termos concretos, o relatório apela a uma vontade política que introduza novos impostos de solidariedade sobre a riqueza, lucros empresariais e distribuição de dividendos para pôr fim a que muito poucos beneficiem da crise à custa dos outros. Os impostos sobre os rendimentos (trabalho e capital) do 1% dos mais ricos devem ser aumentados de forma sustentável, por ex., para uma taxa mínima de 60%. A política tem de tomar medidas para diminuir a desigualdade e acabar com a riqueza e a pobreza extremas.

Valais: crítica do Unia ao serviço de migração

Infrações são a normalidade

O serviço de migração do cantão do Valais destaca-se por infrações contra o Acordo de Livre Circulação de Pessoas (ALCP), contra a Lei sobre os Estrangeiros e a Integração (LEI), bem como a não conformidade com decisões de tribunais superiores. Isto tem consequências graves para trabalhadores estrangeiros e empresas no cantão. O Unia identifica problemas relacionados com o estado de direito e exige do cantão que mude a sua prática.

Marília Mendes

Os Serviço de População e Migração (SPM) do Valais chegou às primeiras páginas dos jornais porque em setembro de 2022 encerrou o atendimento ao público para reduzir a «montanha de processos pendentes». O Unia aprovou a decisão, mas exigiu também que o SPM mudasse a forma como tratava os processos. No dia 30 de janeiro, o Unia do Valais fez um balanço da situação. Este é péssimo porque se verifica que os problemas graves continuam.

Chicanear as pessoas

O Unia mostrou através de casos anónimos que o SPM infringe regularmente o ALCP e a LEI e simplesmente ignora decisões de tribunais superiores que deveria ter em conta. Aos migrantes são-lhes sistematicamente negados os seus direitos, através de entraves ilícitos ao regurgamento familiar ou através, por ex., da exigência da apresentação de documentos a cidadãos da EU, apesar de isto ser contrário ao ALCP. Para as pessoas que enfrentam estas situações, isto significa stress, insegurança e dificuldades no dia a dia, além de grandes consequências financeiras.



A conferência de imprensa do Unia evidenciou problemas do serviço de migração do Valais

Análise jurídica evidencia problemas graves

O advogado especializado em direito de migração, Marc Spescha, identificou «graves deficiências nos serviços». Estas são in-comportáveis para os migrantes, ao mesmo tempo que «esbanjam dinheiro do estado».

Para o sindicato Unia é inaceitável que serviços estatais violem um acordo internacional e direito nacional em tão larga escala. O SPM tem de urgentemente colmatar estas falhas para poder cumprir corretamente as suas obrigações.

Entrevista



Foto©Manu Friederich

Iniciativa por mais democracia

A 22 de janeiro de 2023, a associação Aktion Vierviertel (Ação Quatro Quartos) apresentou o texto da iniciativa popular para uma lei de cidadania moderna. A ampla aliança da sociedade civil reivindica o direito à naturalização para todas as pessoas que vivem na Suíça há cinco anos e satisfaçam critérios objetivos, a iniciativa pretende introduzir uma mudança de paradigma no direito de cidadania suíça. Marie Saulnier Bloch, vice-presidente da associação, falou sobre a iniciativa com o Horizonte.

Marie, quem pertence à Aktion Vierviertel?

Por detrás da associação Aktion Vierviertel estão pessoas da sociedade civil que se empenham profissionalmente ou a nível particular em áreas relacionadas com migração, democracia, política, justiça social e participação igualitária na Suíça. A associação tem uma ampla base de apoio do ponto de vista profissional e político.

Por que razão a Aktion Vierviertel lança a iniciativa?

Um quarto das pessoas que vivem na Suíça não têm direitos políticos porque não possuem o passaporte suíço. Os procedimentos de naturalização são arbitrários e muito difíceis. Além disso, com as restrições da Lei relativa aos Estrangeiros e à Integração (LEI), o direito de estadia na Suíça torna-se mais precário. Só o passaporte suíço dá direitos políticos a nível federal e protege contra a expulsão, garantindo a liberdade e a segurança de estadia. A iniciativa é também um momento histórico: a única iniciativa popular progressista que reivindicava mais direitos para migrantes teve lugar há mais de 50 anos. No Parlamento as reivindicações progressistas falham regularmente. Queremos impedir que os partidos da direita reduzam ainda mais os direitos dos migrantes na Suíça e que excluam um quarto da população da participação democrática. Sobre tudo porque a Suíça deve grande parte do seu sucesso a este quarto da população. Exigimos um debate público, aberto e transparente sobre direitos políticos.

Podes dizer-nos resumidamente qual é o conteúdo da iniciativa?

A Lei federal sobre a cidadania suíça prevê que as pessoas com autorização de residência C podem ser naturalizadas, se vivem na Suíça há, pelo menos, dez anos e estão integradas no país. Crianças e jovens podem naturalizar-se após 6 anos no país. Mas os cantões e os municípios são livres de avaliar os critérios de integração, o que leva frequentemente a recusas arbitrárias. Propomos agora: após 5 anos de residência legal na Suíça, deverá ser possível solicitar a naturalização, independentemente do tipo de autorização de estadia. Isto requer critérios objetivos e compreensíveis, por ex. não ter antecedentes criminais (penas de prisão de longa duração, ameaça à segurança interna ou externa) e ter competências linguísticas básicas. Assim se evitará que cantões e municípios rejeitem arbitrariamente os requerimentos de pessoas que trabalham e dão o seu contributo para a Suíça, mesmo que tenham nascido aqui. Não deve ser possível acrescentar critérios arbitrários com o único objetivo de excluir pessoas da participação democrática, como se a cidadania suíça fosse um clube privado de privilegiados.

Se os sócios do Unia quiserem empenhar-se, o que podem fazer?

Apoiem a iniciativa recolhendo assinaturas com os colegas do Grupo de Interesse Migração, mas também nas associações em que estão ativos. Naturalmente, também podem tornar-se sócios da Aktion Vierviertel! Criem ou adiram a um comité local no vosso local de residência ou região e façam uma doação para a nossa iniciativa popular. Por último: falem aos vossos amigos e conhecidos sobre a iniciativa. Juntos somos fortes!

Hilmi Gashi

Mais informações em: www.aktionvierviertel.ch

Pergunte, que nós respondemos

Invalidez: o que fazer quando a pensão de invalidez não chega?



O meu irmão recebe uma pensão de invalidez por inteiro após acidente grave. No entanto, esta não é suficiente para cobrir o custo de vida. Por esta razão, apresentou um pedido para receber prestações complementares (PC). Porém, a caixa de compensação rejeitou o pedido, justificando que ele possui bens próprios. Isto é absurdo, porque ele vive modestamente. A caixa de compensação refere-se aos fundos de poupança-velhice do meu irmão, embora estes estejam depositados numa conta bloqueada. A decisão é correta?

Marina Wyss: Sim, desde que o seu irmão seja sozinho e tenha mais de 100 000 francos na conta de livre passagem. Para pessoas casadas, o limite é 200 000 francos. Este regulamento está em vigor desde 1 de janeiro de 2021. Contudo, o Tribunal Federal já tinha reconhecido que os fundos de poupança-velhice são «bens consumíveis», sem que estes ativos tenham sido efetivamente levantados. Segundo o Tribunal Federal, é suficiente que o levantamento desses fundos seja legalmente permitido e, portanto, em princípio possível. Como o seu irmão recebe uma pensão de invalidez por inteiro, pode, nos termos da lei, exigir o pagamento das prestações dos fundos. E pode fazê-lo a partir do momento em que lhe for concedida a pensão de invalidez por inteiro. O seu irmão só tem direito a prestações complementares quando o saldo dos fundos for inferior a 100 000 francos.

(Work, 16.12.22)

Tempo de trabalho: o patrão tem de pagar trabalhos de preparação e fecho?

Trabalho como auxiliar numa pequena loja de bairro. A loja está aberta das 8h00 às 12h00 e das 14h00 às 18h00. De manhã tenho de chegar, pelo menos, dez minutos mais cedo para pôr a caixa registadora a funcionar. À noite, quando fechamos às 18 horas, levo pelo menos 15 minutos a fazer as contas e a fechar a caixa. No entanto, o patrão não me quer pagar este tempo. Tenho direito a exigir que este seja pago?

David Aeby: Sim. Nos termos da Lei do Trabalho (13.º art. Decreto 1), o tempo que o senhor permanece à disposição do empregador como empregado é considerado tempo de trabalho. No seu caso, não há dúvida de que tem de fazer o trabalho preliminar e posterior que mencionou em relação à caixa registadora, para poder fazer o seu trabalho. Não seria do interesse do patrão que pusesse a caixa a funcionar só depois das 8 horas, pois isso iria afastar os clientes. Por conseguinte, recomendo-lhe que fale com o seu empregador e lhe diga que, por lei, ele tem de lhe pagar todo o seu tempo de trabalho. Se ele continuar a recusar-se, entre em contacto com o Unia da sua região.

(Work, 20.1.23)

Pré-aviso de despedimento: é prolongado em caso de doença?

Há um mês rescindi o meu contrato de trabalho com data de 28 de fevereiro, porque encontrei um novo emprego a partir de 1 de abril. Nos termos do contrato, tenho um mês de pré-aviso. O local de trabalho é Berna. Trabalhei durante mais de três anos para a empresa. Não consta nada no contrato de trabalho sobre o pagamento de subsídio de doença e também não estou abrangida por um contrato coletivo de trabalho. Estou doente desde 8 de fevereiro e, segundo o médico, provavelmente estarei de baixa cerca de quatro semanas. Infelizmente, não temos seguro de subsídio de doença. Ouvi dizer que a doença vai levar ao prolongamento do meu prazo de despedimento. Isto é verdade e até quando recebo o salário?

Regula Dick: Infelizmente, a doença durante o período de pré-aviso só leva ao prolongamento do prazo de pré-aviso se foi o empregador que rescindiu o contrato. Uma vez que foi a senhora a rescindir o contrato de trabalho, a sua relação laboral termina a 28 de fevereiro.

Tem direito a receber o subsídio por doença durante o tempo em que esteve de baixa, nos termos do art.º 324.º do Direito das Obrigações. Como o local de trabalho é Berna, aplica-se a escala de Berna. Em princípio, esta concede o direito a receber o subsídio de doença durante dois meses no quarto ano de serviço. No entanto, devido à sua rescisão do contrato, o pagamento do subsídio cessa prematuramente com o fim da relação de trabalho a 28 de fevereiro.

(Work, 18.11.22)

**Exposição em Biel/Bienne: «Nós, os trabalhadores saisonniers ...»
Venha contar a sua história!**

Ralph Hug, jornal work, 16 de dezembro de 2022 (adaptado)

Durante décadas, a Suíça explorou migrantes através do desumano estatuto para trabalhadores sazonais, o estatuto de saisonniers. O Novo Museu de Biel/Bienne apresenta uma exposição sobre estes trabalhadores e quer encorajar migrantes a falarem sobre a sua experiência.

Saisonniers oriundos de Itália, Espanha, Portugal e da ex-Jugoslávia tiveram de passar por muitas privações e duras experiências durante quase 70 anos. Centenas de milhares trabalharam na indústria, construção civil e agricultura. Tinham de deixar os filhos no seu país de origem ou, se os trouxessem para a Suíça, tinham de escondê-los. Hoje, vinte anos depois do fim do estatuto de saisonniers, estes trabalhadores e as suas famílias continuam à espera de um pedido oficial de desculpas. Falta uma aprofundada pesquisa histórica sobre o assunto. O Novo Museu de Biel/Bienne quer agora mudar isto. Florian Eitel, curador do museu, diz: «Nós colocamos os trabalhadores saisonniers no centro da nossa exposição».

Trauma

O famigerado estatuto de saisonniers manteve-se em vigor durante 68 anos, nomeadamente entre 1934 e 2002. Devido a ele, surgiu a Suíça «das barracas», com condições de habitação precárias,

exploração de jovens trabalhadores, vigilância pela polícia de estrangeiros e discriminação social por parte de uma população suíça frequentemente hostil ou mesmo racista. Com os anos, a dimensão da desumanidade tornou-se clara: cerca de 50 000 crianças, filhos de trabalhadores saisonniers, cresceram escondidas na Suíça porque a sua presença, em conformidade com o estatuto, era ilegal. O medo de ser descoberto e expulso tornou-se para muitos o trauma das suas vidas.

«Apesar disso, faltam-nos histórias de vida reais», diz o curador Eitel. «É por isso que queremos encorajar as pessoas a contarem a sua própria história». Por exemplo, na exposição há uma cabine telefónica de 1973, onde as pessoas interessadas podem contar as suas experiências pessoais. Foram recolhidos assim vários testemunhos, diz o curador Eitel. Mas também ficou claro que muitas pessoas têm dificuldades em falar sobre este passado doloroso.

A exposição em Biel/Bienne ainda pode ser visitada até junho de 2023. O programa de acompanhamento inclui visitas guiadas, apresentações de peças de rádio, leituras, palestras e uma série de filmes.

O dia 11 de março será o dia da memória com visitas guiadas em língua estrangeiras e uma discussão com testemunhas organizada pelo Unia.

Mais informação nmbiel.ch.

Crianças escondidas

A primeira exposição sobre crianças filhas de saisonniers que viviam escondidas na Suíça pode ser visitada no Museu de História de La Chaux-de-Fonds até março de 2023. Informações: mhcdf.ch



Os trabalhadores migrantes estão no centro da exposição



Migrantes festejam o 1.º de Maio em Biel/Bienne (anos 1970)